A CIDADE DESIGUAL E O CONCEITO INVISÍVEL: A APREENSÃO DE INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS E O HIATO NA IDENTIFICAÇÃO DO RACISMO AMBIENTAL

THE UNEQUAL CITY AND THE INVISIBLE CONCEPT: THE APPREHENSION OF SOCIO-ENVIRONMENTAL INJUSTICES AND THE GAP IN IDENTIFYING ENVIRONMENTAL RACISM

Cássia Santos Rizo Vieira[1]
Michelle Oddone dos Santos[1]
Eduardo Consendey Bockmann[2]

[1] Acadêmicos de Psicologia – Afya Unigranrio
[2] Professor – Afya Unigranrio
E-mail: eduardo.bockmann@afya.com.br

Eixo Temático: 5

RESUMO

O racismo ambiental evidencia a distribuição desigual de riscos e condições socioambientais, incidindo de forma mais intensa sobre populações racial e socialmente vulnerabilizadas. Objetivou-se compreender como moradores da Baixada Fluminense reconhecem e interpretam as desigualdades socioambientais vivenciadas no território e sua relação com o racismo ambiental. Realizou-se estudo de abordagem quanti-qualitativa, descritivo-exploratório e transversal, com moradores maiores de 18 anos, mediante formulário eletrônico anônimo e voluntário. Os resultados evidenciaram amplo reconhecimento das desigualdades territoriais, da precariedade da infraestrutura e da oferta desigual de políticas públicas, mas revelaram dificuldade em identificar tais experiências como manifestações de racismo ambiental. Embora os conflitos socioambientais possam constituir oportunidades para processos educativos voltados à consciência crítica, os achados indicam que a vivência cotidiana da precariedade não garante seu reconhecimento como expressão de desigualdade racial, podendo coexistir com processos de naturalização e resignação. Sob a perspectiva da Psicologia Social, esse fenômeno pode ser compreendido pela internalização dos efeitos do racismo e por mecanismos de cognição social. Conclui-se pela necessidade de ações de educação popular, letramento racial e atenção psicossocial voltadas à desnaturalização das desigualdades socioambientais.

Palavras-chave: Racismo Ambiental. Desigualdades Socioambientais. Baixada Fluminense. Naturalização das Desigualdades.

ABSTRACT

Environmental racism reflects the unequal distribution of environmental risks and socio-environmental conditions, disproportionately affecting racially and socially vulnerable populations. This study aimed to understand how residents of the Baixada Fluminense region recognize and interpret the socio-environmental inequalities experienced in their territory and their relationship with environmental racism. A quantitative-qualitative, descriptive-exploratory, cross-sectional study was conducted with residents aged 18 years or older, using an anonymous and voluntary electronic questionnaire. The results demonstrated broad recognition of territorial inequalities, inadequate infrastructure, and unequal access to public policies, while also revealing difficulties in identifying these experiences as manifestations of environmental racism. Although socio-environmental conflicts may constitute opportunities for educational processes aimed at developing critical awareness, the findings indicate that everyday exposure to precarious conditions does not guarantee their recognition as expressions of racial inequality and may coexist with processes of normalization and resignation. From a Social Psychology perspective, this phenomenon may be understood through the internalization of the effects of racism and mechanisms of social cognition. The study concludes that popular education, racial literacy, and psychosocial support initiatives are needed to promote the denaturalization of socio-environmental inequalities.

Keywords: Environmental Racism. Socio-environmental Inequalities. Baixada Fluminense. Normalization of Inequalities.

INTRODUÇÃO

O racismo ambiental expõe a dinâmica pela qual a degradação urbana e os riscos ecológicos incidem mais sobre populações racial e socialmente desfavorecidas.[1] Investigar a percepção dessas desigualdades é relevante por permitir compreender como são reconhecidas pelos afetados. Apesar da contribuição da Psicologia Social, sobretudo dos modelos de cognição social, na análise de como o pensamento cotidiano categoriza informações do meio,[2] há lacunas sobre os mecanismos de naturalização do racismo estrutural.[3] Assim, este estudo investigou como moradores da Baixada Fluminense reconhecem e interpretam as assimetrias socioambientais vividas no espaço urbano, e como essa percepção se relaciona com identificá-las, ou não, como racismo ambiental.

MÉTODO

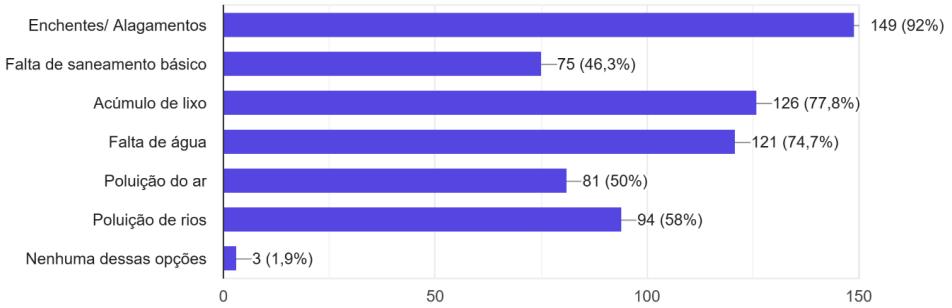
Realizou-se estudo quanti-qualitativo, descritivo-exploratório e transversal, na Baixada Fluminense (RJ), de março a agosto de 2026. A amostra, por conveniência e adesão voluntária, reuniu 162 indivíduos com 18 anos ou mais, residentes no território. Os dados foram coletados via formulário eletrônico autorrespondido e anônimo, divulgado nas

plataformas do projeto de extensão universitária que originou a proposta, sem busca ativa ou abordagem presencial. O instrumento investigou variáveis sociodemográficas, o nível de informação sobre o tema, a percepção de disparidades sociais e ecológicas, o acesso à infraestrutura e saneamento, e a ocorrência de intempéries na moradia. Também se examinou a percepção sobre a assimetria na exposição a danos socioambientais, especialmente quanto à vulnerabilidade de populações negras e periféricas, e a identificação de episódios de racismo ambiental nas vivências pessoais. Os dados quantitativos foram tabulados e analisados estatisticamente no Google Sheets. Os relatos das questões abertas foram analisados qualitativamente, identificando-se os núcleos de sentido nas narrativas dos participantes

RESULTADOS

A análise dos dados evidenciou que a vulnerabilidade territorial e o descompasso na categorização do racismo ambiental marcam a experiência dos participantes. Quanto à percepção das disparidades territoriais, 92% dos pesquisados ratificaram que a qualidade de vida na Baixada Fluminense é atravessada por menor aporte de investimentos e oferta desigual de políticas públicas em relação a bairros de maior renda da capital. A distribuição dos principais problemas estruturais identificados está sintetizada na **Figura 1**.

Figura 1 – Distribuição dos principais problemas ambientais e de infraestrutura urbana identificados na pesquisa.

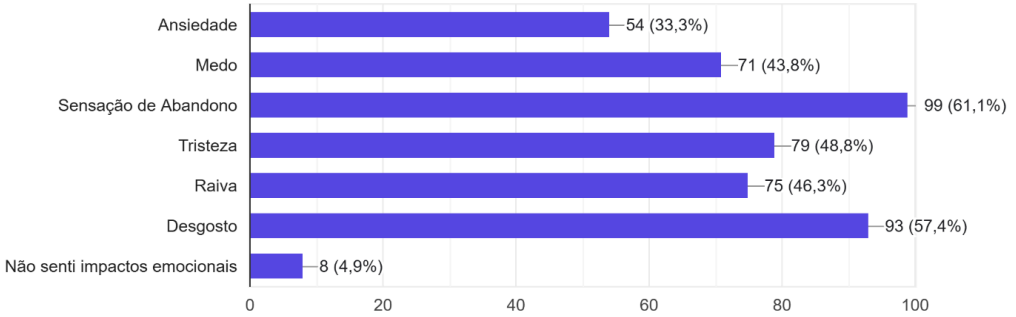


Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

No tocante ao conhecimento teórico, o conceito de racismo ambiental era previamente conhecido por 52,5% da amostra. Embora o grupo que concordou com a afirmação de que populações negras e periféricas são mais afetadas por tragédias ambientais (73,5% do total) fosse composto majoritariamente por pretos e pardos (75%), quase metade desses respondentes (48%) declarou não saber ou não reconhecer a vivência pessoal do fenômeno.

A observação das respostas abertas permitiu a emergência de quatro eixos temáticos: serviços básicos, gestão pública, infraestrutura e preservação. Predominaram relatos de negligência dos direitos de cidadania, descrença em transformações sociais e culpabilização dos próprios moradores pelas degradações locais. Na dimensão subjetiva, destacaram-se manifestações de desamparo e ansiedade vinculadas às adversidades vivenciadas **(Figura 2)**.

Figura 2 – Impactos emocionais e psicológicos decorrentes das condições socioambientais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

DISCUSSÃO

A interpretação dos achados evidencia que a vivência na Baixada Fluminense é marcada por profunda vulnerabilidade territorial, onde a percepção da omissão estatal atua como elemento estruturante da rotina. A expressiva concordância dos participantes quanto ao déficit histórico de investimentos e à oferta desigual de políticas públicas na região reflete a percepção do espaço urbano como território desigual, achado que converge com estudos sobre justiça ambiental e territorial.[1],[2] O dado central desta investigação reside no descompasso entre a apreensão conceitual abstrata e a identificação do racismo ambiental no plano individual. Embora a maioria dos respondentes reconheça que populações negras e periféricas são desproporcionalmente afetadas por tragédias socioambientais, quase metade dos participantes pretos e pardos desse grupo declarou não saber ou não reconhecer a vivência pessoal do fenômeno.

Essa lacuna interpretativa pode ser compreendida à luz das contribuições da Educação Ambiental crítica,[3] que reconhecem os conflitos socioambientais como possibilidades de construção de processos educativos voltados à consciência crítica e à transformação social. Contudo, os dados da Baixada Fluminense indicam que a vivência cotidiana da precariedade não produz necessariamente, por si só, o reconhecimento de sua dimensão racial, podendo coexistir com processos de naturalização, resignação e apaziguamento crítico. O achado pode

ser relacionado, ainda, à noção de violência simbólica,[4] segundo a qual relações de dominação podem ser incorporadas às formas pelas quais os sujeitos percebem e interpretam a realidade. O racismo estrutural contribui para a reprodução das desigualdades socialmente produzidas, que podem ser naturalizadas no cotidiano .[5]

Sob a ótica da Psicologia Social, essa não identificação pode ser relacionada a processos de internalização dos efeitos do racismo[6] e a mecanismos de cognição social.[7] A exposição contínua a contextos de desamparo e degradação pode contribuir para que sujeitos racializados assimilem a negação de direitos não como expressão de desigualdades étnico-raciais estruturais, mas como característica intrínseca da vida periférica. Esquemas cognitivos e heurísticas podem participar desse processo ao influenciar a seleção e interpretação de informações, contribuindo para a acomodação de adversidades à normalidade percebida do território e para respostas de resignação e culpabilização dos próprios cidadãos.

As implicações deste estudo ressaltam que o enfrentamento do racismo ambiental não depende apenas de infraestrutura urbana, mas de ações socioeducativas e de saúde mental que estimulem o letramento racial e a leitura crítica do território. Na prática clínica e comunitária, relatos de ansiedade e desamparo associados à degradação ambiental apontam para a necessidade de acolhimento psicológico atento aos efeitos psicossociais das desigualdades socioambientais,[8] podendo ser compreendidos também pela categoria de sofrimento ético-político,[9] que relaciona a experiência subjetiva às condições sociais de exclusão e desigualdade. Tal perspectiva pode contribuir para a desnaturalização da opressão e para o fortalecimento da mobilização coletiva. Como limitações deste estudo, destacam-se a amostragem não probabilística por conveniência e a coleta por formulário eletrônico, o que pode ter limitado a participação de moradores com menor acesso a recursos digitais ou em situação de extrema vulnerabilidade social.

CONCLUSÃO

Este estudo respondeu à sua indagação central ao demonstrar que, embora os moradores da Baixada Fluminense identifiquem claramente as assimetrias socioambientais do território, como déficits de saneamento, degradação urbana e disparidades nos investimentos públicos, essa percepção coexiste com uma acentuada barreira em categorizar suas vivências pessoais como racismo ambiental. A principal contribuição da pesquisa reside em revelar que

a vulnerabilidade territorial extrapola a dimensão material, gerando desdobramentos psicossociais, como ansiedade e desamparo, e desencadeando naturalização e resignação, nas quais a precariedade cotidiana passa a ser assimilada como condição inerente à realidade periférica. Como implicações práticas, destaca-se a urgência de fortalecer ações de educação popular e letramento racial voltadas à desnaturalização das opressões urbanas e à leitura crítica do território, além de demandar atuação psicossocial e clínica atenta aos determinantes socioambientais como geradores de sofrimento ético-político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Pacheco T, Faustino C. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do Mapa. In: Porto MF, Pacheco T, Leroy JP, organizadores. *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2013. p. 73-114.
2. Pereira TCG. Sustentabilidade e justiça ambiental na Baixada Fluminense: identificando problemas ambientais a partir das demandas ao Ministério Público. *Cad Metrop*. 2013;15(29):339-358. O artigo aborda especificamente a Baixada Fluminense e relaciona pobreza, precariedade de infraestrutura, atividades poluentes e omissões do poder público à injustiça ambiental.
3. Santos RJ, Carvalho LM. Conflitos socioambientais nas pesquisas em educação ambiental: processo educativo e transformação social. *Rev Triângulo*. 2023;15(Esp):109-129. doi:10.18554/rt.v15iEsp.6522. O artigo analisa justamente a relação entre conflitos socioambientais, processos educativos e transformação social.
4. Bourdieu P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; 1989. A obra é mais adequada que *A dominação masculina* para sustentar a discussão sobre poder simbólico, construção da realidade social e categorias de percepção.
5. Almeida SL. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra; 2019.
6. Fanon F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA; 2008.
7. Rodrigues A, Assmar EML, Jablonski B. Cognição social: esquemas, heurísticas e pensamento automático. In: Rodrigues A, Assmar EML, Jablonski B. *Psicologia social*. 28. ed. Petrópolis: Vozes; 2010. p. 75-90.
8. Martins LMR. Racismo ambiental e suas implicações para a saúde mental da população negra. *Braz J Case Rep*. 2022;2(Suppl 3):605-612. doi:10.52600/2763-583X.bjcr.2022.2.Suppl.3.605-612.
9. Sawaia BB. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia BB, organizadora. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 14. ed. Petrópolis: Vozes; 2014. p. 97-114. A obra é a referência específica para o conceito de sofrimento ético-político.